



I - CONFIANÇA NO DESENVOLVIMENTO

2010

I – CONFIANÇA NO DESENVOLVIMENTO

O ano de 2003 marcou uma inflexão na condução da política econômica, sendo consolidada a gestão responsável da política fiscal, o regime de metas para a inflação e o modelo de câmbio flexível, porém essa política foi inovada por meio do fortalecimento do mercado interno e da diversificação dos parceiros comerciais. A dinamização do mercado interno encontrou respaldo nas medidas governamentais que incentivaram o aumento do crédito, da renda, da massa salarial e especialmente da política de aumento real do salário mínimo – que cresceu, em termos reais, cerca de 58% no período de dezembro de 2002 a dezembro de 2009 –, além dos programas sociais de transferência de renda. A combinação desses fatores estimulou, de modo sustentável, o consumo das famílias e fomentou o vetor de demanda do recente processo de crescimento do País. No plano externo, houve o incremento de 228% nas exportações no período 2003-2008, bem como a inserção de outros destinos para as vendas internacionais, viabilizando a acumulação de reservas internacionais, que passaram de US\$ 37,8 bilhões, em dezembro de 2002, para US\$ 239 bilhões no final de 2009. Em janeiro de 2008, o Brasil passou, pela primeira vez, a ser credor líquido externo: a dívida externa total do País somava então US\$ 196,2 bilhões, enquanto as reservas alcançavam US\$ 203,2 bilhões.

Os resultados da nova política econômica implementada a partir de 2003 são evidenciados, também, ao observarmos que o Risco Brasil, que atingira 1.446 pontos ao final de 2002, estava ao final de 2009 em 192. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), que atingira 12,5% no ano de 2002, regrediu para 4,3% em 2009. O Brasil quitou a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Clube de Paris no período, tendo sido capaz de se comprometer a emprestar até US\$ 14 bilhões ao Fundo após a eclosão da crise financeira. Mais importante, houve contínuo decréscimo na taxa de desemprego, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas principais capitais, que atingira 10,9% em novembro de 2002 e recuou para 7,4% em novembro de 2009.

Com esse modelo de política macroeconômica, o Brasil, nos últimos seis anos findados em 2008, cresceu a uma taxa média anual de aproximadamente 4,2%, fortalecendo o compromisso com a austeridade fiscal e com a estabilidade monetária, além de afastar a suposta restrição limítrofe de crescimento de 3% a.a., sem inflação, para a economia brasileira. A política de aprofundamento na obtenção de superávit primário do setor público foi determinante para a trajetória decrescente da relação dívida pública sobre Produto Interno Bruto (PIB), que passou de 51,3% no final de 2002 para 43,0% do PIB em novembro de 2009.

Na área da política monetária e creditícia, a queda tendencial dos juros nominais, respeitando o cumprimento da meta de inflação, impulsionou a melhora da percepção de risco do País, que, aliado a outros fatores observados no lado real da economia, ensejou a obtenção do grau de investimento, em abril de 2008. Em um contexto econômico globalizado, a obtenção dessa classificação de risco traduz-se em maior atração de investimento direto estrangeiro, aumento do volume de ingresso de capitais externos que se destinam ao mercado financeiro e de capitais doméstico, redução de risco soberano, facilitando assim o acesso aos mercados de capital e financeiro internacional, barateando o custo de captação do capital externo pelas empresas privadas brasileiras. Tal dinâmica mostra-se relevante por adicionar poupança externa ao total de poupança disponível no País, de forma a financiar o investimento necessário para assegurar o crescimento sustentado.

Nesse ambiente macroeconômico de estabilidade e crescimento, foram implementadas medidas microeconômicas, notadamente as de política industrial e setorial, para reforçar e estimular o lado da oferta da economia como, por exemplo, a redução de tributos incidentes sobre a produção, a equalização de taxas de juros, a diminuição do custo tributário e financeiro sobre investimentos e exportações. Ainda na esteira desse processo de mudanças institucionais e aperfeiçoamento normativo para melhoria da

eficiência e produtividade do setor privado, foram promovidas diversas inovações legais, que foram encaminhadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, onde a maioria já foi objeto de aprovação e aperfeiçoamento, dentre as quais algumas das mais representativas estão apresentadas no quadro a seguir.

Medidas Normativas para Melhorar a Eficiência e Produtividade da Economia

Marco Legal	Conteúdo
Lei nº 10.820, de 2003	Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento.
Lei nº 10.833, de 2004	Altera a Legislação Tributária Federal – Introduz o fim da cumulatividade da Cofins.
Lei nº 10.848, de 2004	Novo marco regulatório do Setor Elétrico.
Lei nº 10.931, de 2004	Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário.
Lei nº 11.079, de 2004	Lei da Parceria Público-Privada (PPP).
Lei nº 11.101, de 2005	Nova Lei de Falências.
Lei nº 11.110, de 2005	Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e dispõe sobre o direcionamento de depósitos a vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores.
Lei nº 11.182, de 2005	Criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).
Lei nº 11.196, de 2005	Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (Repes), o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap) e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica.
Lei Complementar nº 123, de 2006, e Leis Complementares nº 127, de 2007, e 128, de 2008	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
Lei Complementar nº 126, de 2007	Abertura do Mercado de Resseguros – dispendo sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de cosseguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário.
Lei nº 11.445, de 2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.
Lei nº 11.457, de 2007	Criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
Lei nº 11.478, de 2007	Criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura.
Lei nº 11.484, de 2007	Programa de Incentivo ao Setor de Semicondutores (Padis).
Lei nº 11.488, de 2007	Desoneração de obras de Infraestrutura (Reidi).
Lei nº 11.491, de 2007	Institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS).
Lei nº 11.887, de 2008	Cria o Fundo Soberano do Brasil (FSB).
Lei nº 11.909, de 2009	Lei do Gás Natural.

Medidas Normativas para Melhorar a Eficiência e Produtividade da Economia (continuação)

Lei nº 11.977, de 2009	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.
PL nº 3.337, de 2004	Marco Legal das Agências Reguladoras.
PL nº 3.937, de 2004	Reestruturação do Sistema de Defesa da Concorrência.
PL nº 7.709, de 2007	Agilização do Processo Licitatório.
PL nº 5.939, de 2009	Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. (Petro-Sal).
PL nº 5.940, de 2009	Cria o Fundo Social (FS).
PL nº 5.941, de 2009	Autoriza a União a ceder onerosamente à Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.
Emenda Constitucional (EC) nº 41, de 2003	Dispõe sobre o regime de previdência dos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações (Reforma da Previdência).
EC nº 42, de 2003	Altera o Sistema Tributário Nacional (Reforma Tributária).
PEC Nº 233, de 2008	Reforma Tributária (2ª fase).
MP nº 472, de 2009	Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Repenec); cria o Programa Um Computador por Aluno (Prouca) e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional (Recompe); e dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas.

Esse equilíbrio macroeconômico, fortalecido pelas mudanças microeconômicas e institucionais em curso, engendrou um movimento crescente de investimento na economia, ampliando a capacidade de produção doméstica, aumentando o PIB potencial e afastando o risco de espiral inflacionária, além de propiciar as condições de desenvolvimento econômico do Brasil para o longo prazo.

A política econômica implementada proporcionou ainda a ampliação do processo de inclusão social, marcado pelo crescimento das oportunidades de desenvolvimento do cidadão, por intermédio do maior acesso ao emprego, à educação e ao crédito. A rápida expansão do crédito, que aumentou de 24% do PIB em 2002 para 45% no ano de 2009, evidencia o ciclo virtuoso de consumo das famílias.

No entanto, o grande feito nesse período foi a redução da pobreza e da desigualdade de renda. No primeiro aspecto, a extrema pobreza, que representava 16,5% da população em 2002, foi reduzida para 8,8% em 2008, sendo cumprido, ainda em 2006, o respectivo Objetivo do Milênio (ODM) estipulado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para 2015. Quanto à desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini, passou de 0,587 em 2002 para 0,544 em 2008. Tal performance resultou, entre outras medidas, da implementação de políticas públicas como a unificação de diversos programas sociais no Programa Bolsa Família, incluindo a atualização do cadastro e ampliação do universo de beneficiários, de modo a melhorar o foco e tornar essa política de investimentos sociais mais eficiente e eficaz. Em consequência dessa política de aumento qualitativo dos investimentos sociais, o gasto social federal, como proporção do PIB, passou de 12,2% em 2002 para 13,1% em 2008.



A construção dessa estrutura econômica e social foi determinante para o enfrentamento e reação aos efeitos da maior crise econômico-financeira global dos últimos 70 anos, iniciada em 2008. Além das políticas mencionadas, diversas iniciativas estruturais, tomadas antes da eclosão dessa crise e mantidas desde então, ajudaram substancialmente a travessia do período mais crítico. Tais iniciativas incluem o aumento da rede de proteção social, a política de aumento do salário mínimo, a expansão do investimento público, a reestruturação das carreiras governamentais e suas remunerações e as desonerações tributárias associadas ao PAC e à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

No entanto, dois fatores foram preponderantes para a superação da crise: a questão psicológica e a nova abordagem econômica de enfrentamento dessa crise. No campo psicológico, a postura da Presidência da República foi de fundamental importância para que, mesmo considerando a dimensão da crise, os empresários e trabalhadores fossem orientados para que continuassem a produzir e a consumir, com responsabilidade, a fim de que não fosse criado um círculo vicioso decorrente da postergação de consumo e de investimentos, o que redundaria em desemprego e estagnação econômica.

No que se refere à abordagem econômica, ao invés das medidas adotadas em crises anteriores, como a redução do crédito, do consumo e do investimento público, aumento de impostos, da taxa de juros e dos preços administrados, o Governo aumentou significativamente a oferta de crédito pelos bancos públicos, manteve os investimentos dos programas sociais e do PAC, desonerou tributariamente setores estratégicos da economia e renegociou dívidas do setor privado e estatal, conforme detalhado na sequência desta Mensagem.

A crise financeira internacional se manifestou também com a forte desvalorização de ativos financeiros e patrimoniais, seguida por perda de liquidez e confiança no sistema financeiro, levando a uma ação sem precedentes dos governos, especialmente nos países centrais. A partir daí, as economias procuraram se ajustar, o que provocou sensível desaceleração do crescimento, com impactos globais sobre os fluxos de comércio e o preço das *commodities*. No Brasil, os impactos da crise foram manifestados a princípio no crédito e progressivamente na taxa de câmbio e no desempenho macroeconômico geral. Houve um substancial encolhimento do crédito doméstico e, em escala mais acentuada, do crédito externo.

Implementando um receituário anticíclico eficiente, o País reagiu tempestivamente ao contágio que se propagou pelos canais do crédito, do comércio internacional e das expectativas dos agentes econômicos, sendo estas materializadas na abrupta redução do crédito doméstico e internacional, além do aumento generalizado das taxas de juros e depreciação cambial.

Partindo da percepção de que o Brasil dispunha, desta vez, de instrumentos para uma postura ativa no combate aos efeitos da crise, o Governo diminuiu as exigências de recolhimento compulsório das instituições financeiras, o que injetou aproximadamente 3,3% do PIB nos mercados monetários, até o final de 2008, e o Banco Central do Brasil atuou nos mercados cambial e de exportação, com leilões e *swaps* de moedas e, paralelamente, adotou medidas para fortalecer os exportadores e manter uma liquidez mínima no mercado cambial. Destaca-se o crescimento da concessão de crédito pelas instituições públicas, sendo que a participação dos bancos públicos no saldo total de créditos do Sistema Financeiro Nacional atingiu 40,59%, em setembro de 2009. É importante ressaltar, também, que desde o agravamento da crise, em setembro de 2008, o saldo das operações de crédito dos bancos públicos cresceu 38,8%, substancialmente acima dos bancos privados nacionais (7,0%) e estrangeiros (2,4%). Incentivos temporários também foram criados para que bancos maiores emprestassem a instituições pequenas e médias, juntamente com um seguro especial e temporário para os depósitos destes últimos. As reservas internacionais do País foram utilizadas para combater a depreciação cambial e atenuar as pressões nos mercados em moeda estrangeira. Validou-se de forma enfática a

política de acumulação de reservas, ainda mais que, com a posterior melhoria da situação econômica, as operações em moeda estrangeira (intervenções no mercado cambial à vista, financiamento às exportações e *swaps* cambiais) foram rapidamente revertidas no segundo semestre de 2009.

No tocante ao financiamento à produção e ao investimento, o aumento do crédito, a partir dos bancos públicos, foi viabilizado com o substantivo aporte de recurso realizado pelo Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em janeiro de 2009, totalizando aproximadamente R\$ 100 bilhões, para garantir que não faltassem recursos para a manutenção dos investimentos produtivos, capital de giro para pequenas e médias empresas, bem como para exportadores. O desembolso do Banco, que já tinha atingido um patamar de R\$ 90,9 bilhões, em 2008, atingiu, até novembro de 2009, R\$ 117,5 bilhões.

Também, foram ofertadas pelo Tesouro taxas de juros subsidiadas para linhas de financiamento do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, para auxiliar a agricultura e o investimento residencial. Progressivamente, outras medidas foram sendo tomadas. O setor agrícola teve os desembolsos do Banco do Brasil antecipados, melhorando as condições de financiamento. Aumentou-se o direcionamento com recursos obrigatórios e abriram-se linhas especiais de crédito para comercialização, garantindo o preço mínimo, acelerando a devolução de créditos tributários e diferindo pagamentos de impostos, no campo monetário e financeiro, foram adotadas. Sob a ótica fiscal e tributária houve postergação do pagamento de impostos, aceleração para devolução de créditos tributários, além da desoneração tributária para alguns setores da economia, o que contribuiu para reduzir os resultados da arrecadação. Mesmo assim, foram mantidos os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos programas sociais. A sincronização de tais políticas não só retardou os reflexos da crise mundial sobre o País, como também precipitou a rápida saída desse ambiente adverso.

Essa crise, bem assim seus desdobramentos, representou o mais duro teste às políticas de desenvolvimento do Governo. Contudo, as políticas públicas mantiveram a ênfase no trinômio crescimento, estabilidade e inclusão social, o que permitiu a pronta superação da crise. Mesmo com essas medidas, dada a dimensão da crise, a trajetória de rápido crescimento foi brevemente interrompida, em 2009. Observou-se uma contração da atividade no último trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009. Tal diminuição de ritmo foi, em termos mundiais, uma das menores registradas. O País voltou a crescer já no segundo trimestre de 2009.

A demanda interna foi a responsável pelo amortecimento dos efeitos da crise. O consumo das famílias cresceu 3,9% no terceiro trimestre de 2009, ao passo que a formação bruta de capital fixo começou a se recuperar da crise.

Um ponto bastante relevante na análise da crise é que a renda total dos trabalhadores continuou a expandir-se, tendo atingido um crescimento de 4,4% nos 12 meses encerrados em novembro de 2009 em termos reais. A criação líquida de emprego formal, em 2009, mensurado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, representou a geração de 995.110 empregos com carteira de trabalho. Tal número é especialmente expressivo quando consideramos que entre outubro de 2008 e janeiro de 2009 houve sensível perda líquida de empregos. A taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aumentou de forma contida no primeiro semestre de 2009, mas declinou rapidamente, tendo atingido 7,4% em novembro de 2009, ligeiramente abaixo da verificada no mesmo mês de 2008 (7,6%).



Não obstante os efeitos da crise, o crédito continuou a expandir-se, tendo o volume total atingido R\$ 1,41 trilhão em dezembro de 2009, o que representou uma expansão de 14% em doze meses, atingindo desta forma a marca recorde de 45% do PIB, contra 40% no mesmo mês de 2008. O crédito livre às pessoas físicas continuou a se expandir, crescendo 19,4% de dezembro de 2008 a dezembro de 2009. A expansão do crédito refletiu mais uma vez a confiança das famílias no crescimento da renda e na recuperação do emprego, contribuindo assim decisivamente para a manutenção da solidez macroeconômica, de modo que a retomada do ciclo virtuoso, interrompido pela crise de 2008, torna-se cada vez mais uma realidade. Os dados do financiamento imobiliário para aquisição e construção, até setembro de 2009, no acumulado em 12 meses, mostravam que 277 mil unidades haviam sido financiadas, num valor acumulado de R\$ 30,3 bilhões.

A política anticíclica, em 2009, caracterizou-se pelo início de cortes substanciais na taxa básica de juros. Devido à defasagem dos efeitos da política monetária para estimular o crescimento econômico no período imediatamente posterior à crise, um grande espectro de medidas fiscais foi utilizado. A partir do último trimestre de 2008, uma série de desonerações fiscais foi utilizada para incentivar as vendas e a produção e manter a confiança de trabalhadores e empresários. Tais desonerações consistiam basicamente em reduções temporárias nos impostos federais indiretos, iniciando-se com os automóveis, em dezembro de 2008. No decorrer de 2009, as desonerações foram ampliadas de modo a abranger a chamada linha branca (eletrodomésticos), bens de capital, insumos para a construção civil, além de diminuição do imposto de alguns itens de alimentação. Essas medidas, em seu conjunto, reduziram a severidade da recessão ocorrida no início de 2009 e aceleraram a retomada do crescimento iniciada a partir do segundo semestre desse ano.

A política fiscal, também, incluiu transferências extraordinárias do Governo Federal a Estados e Municípios, por meio de dois instrumentos: garantia de que as transferências orçamentárias seriam mantidas nos mesmos valores nominais de 2008 (a despeito da redução das receitas federais) e assunção, por parte do Governo Federal, de gastos em investimentos conjuntos em água, saneamento e transporte urbano. Estima-se que essa assistência temporária aos governos regionais atinja 0,2% do PIB, em 2009.

As medidas fiscais temporárias incluíram também o aumento no período máximo e no valor do seguro desemprego, assim como o subsídio temporário nas taxas de juros para investimentos em máquinas e equipamentos. Essas ações, adotadas respectivamente no primeiro e segundo semestres de 2009, foram endereçadas aos trabalhadores potencialmente mais atingidos pela crise e estimularam as empresas a não postergarem investimentos.

A crise, também, proporcionou a oportunidade para a atuação governamental em iniciativas estruturais com impactos duradouros sobre a economia. Algumas medidas foram tomadas em 2008: a mudança nas alíquotas do imposto de renda injetou aproximadamente 0,2% do PIB na renda pessoal disponível, em 2009. De maior impacto foi o lançamento do novo Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida, com o objetivo de construir um milhão de novas residências, perfazendo um total de subsídios igual a 1,2% do PIB, em três anos. Cinco iniciativas principais compõem o programa: aquisição por um fundo governamental de 400 mil novas residências, que serão repassadas a famílias de baixa renda a valores e taxas de juros subsidiadas; incentivos à compra de 600 mil casas para famílias de renda média e baixa; redução dos impostos indiretos para construção; criação de instrumentos especiais de crédito para viabilizar a infraestrutura de projetos; e criação de linhas de crédito para incentivar a utilização de tecnologias modernas de construção. Esse novo programa se enquadra na estratégia geral do Governo de permitir o acesso à habitação para famílias de menor renda e constituiu-se igualmente numa iniciativa para combater a crise, ao estimular um setor intensivo em trabalho e insumos domésticos.

A reversão do crescimento, com a consequente queda nas receitas, as desonerações fiscais e os gastos decorrentes da manutenção dos programas governamentais foram acomodados com uma revisão das metas fiscais planejadas para 2009 e 2010. Para 2009, reduziu-se a meta do superávit primário de 3,3 para 2,5% do PIB, incluído o investimento público, e de 2,8% para 1,6%, descontado o investimento. Já para 2010, a meta foi mantida a mesma (3,3%), com o possível desconto do investimento público (0,65%).

O caráter inclusivo do ciclo de crescimento, com incorporação nos mercados de consumo e de crédito de amplas parcelas de população, contribuiu para reforçar a recuperação da crise. Foi a partir da manutenção do consumo interno e dos serviços que a queda na atividade econômica, sentida em maior intensidade na indústria, pode ser contida. Essa maior sustentabilidade econômica dada pelas condições de expansão da renda e do consumo teve como contrapartida a estabilidade das condições macroeconômicas mais gerais. O equilíbrio das contas públicas permitiu a adoção das mencionadas políticas anticíclicas, as previsões sobre a evolução da demanda e a expansão da capacidade produtiva da economia não mostram descompasso, de modo que o Nível de Utilização da Capacidade Instalada, que estava em 76,7 em janeiro de 2009, atingiu 84,5 em novembro do mesmo ano.

A inflação encontra-se seguramente ancorada no sistema de metas, de modo que, em 2009, o IPCA apresentou aumento de 4,31%, inferior ao centro da meta inflacionária estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Dessa forma, pelo sexto ano consecutivo a inflação ficará dentro dos limites e é o segundo ano em que se colocará abaixo do centro da meta.

Em relação às contas externas, o cenário apresentou uma natural piora na balança comercial, tendo em vista os efeitos da crise nos principais parceiros econômicos e a retração dos mercados para os produtos brasileiros. A redução no preço das exportações brasileiras (-13,4%) foi compensada, em parte, pela retração no preço das importações (-10,5%). O saldo de US\$ 24,9 bilhões em 2008 manteve-se praticamente estável em 2009, tendo atingido US\$ 25,3 bilhões, resultado de maior contração das importações do que das exportações. De acordo com os dados divulgados pelo Banco Central do Brasil, o déficit em transações correntes declinou, de US\$ 28,2 bilhões para US\$ 24,3 bilhões, entre 2008 e 2009. O investimento estrangeiro direto também recuou em 2009 de US\$ 45,1 bilhões para US\$ 25,9 bilhões, ante 2008, mas foi suficiente para cobrir o déficit na conta-corrente. Este resultado é parte do reconhecimento pelos investidores estrangeiros das condições saudáveis em nossa economia. As reservas internacionais mantiveram-se em níveis elevados, atingindo US\$ 239 bilhões em dezembro de 2009, contra US\$ 206,8 em dezembro de 2008.

A expansão dos mercados de capitais foi sustada pela crise, sendo que a desestabilização persistiu até meados do primeiro semestre do ano passado. Após encerrar o ano de 2008 num patamar de 37.550 pontos, a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F Bovespa) permaneceu no patamar de 65 mil pontos, em outubro de 2009. A capacidade de o País resistir à crise também teve como contraparte a sua elevação a “grau de investimento” pelas agências internacionais de rating, sendo que a partir do segundo semestre de 2009 o Brasil voltou a receber grandes entradas de capital.

No tocante às contas fiscais, a mencionada queda da dívida líquida do setor público, que estava em 40,5% antes da eclosão da crise, em agosto de 2008, atingiu em dezembro de 2009, 43% do PIB, valor este que deverá recuperar a trajetória de declínio na medida em que a economia consolidar a retomada do crescimento, em 2010.

Em suma, seja do ponto de vista da consistência macroeconômica – estabilidade de preços, contas externas sólidas, gestão fiscal responsável –, seja do ponto de vista da administração dos mecanismos de financiamento, a economia brasileira demonstrou uma inegável capacidade de reação à gravidade da crise internacional e sustentação do ciclo de crescimento estruturado nos últimos anos.



O PAC, cujo principal objetivo é promover investimentos públicos, bem como privados, nas áreas de infraestrutura econômica e social, prossegue alavancando o crescimento e contribuindo para a superação dos principais entraves ao crescimento. O Programa avançou, em 2009, mesmo nas condições adversas da crise: foram ampliados os investimentos estruturantes, tendo aumentado em 58% o valor do pagamento em relação a 2008. Destaque para o setor de energia, no qual os pagamentos feitos pelas estatais e setor privado atingiram 72% do previsto para o período.

Outro programa de investimento fundamental para o País, o Pré-Sal, teve em 2009 a definição das propostas para o novo marco regulatório do setor. Nos próximos anos, o Brasil produzirá, somente no Pré-Sal já concedido, quase o mesmo volume produzido atualmente. A importância do Pré-Sal advém de vários fatores: permite uma mudança consistente no patamar de produção brasileira de petróleo, fazendo que o Brasil se torne um dos maiores produtores do mundo; possui grande capacidade de alavancar investimentos em diversos setores relacionados e proporcionar salto tecnológico da indústria nacional; e permite a criação de uma alta renda para a população, possibilitando investimentos públicos na esfera social e em infraestrutura.

Os programas sociais do Governo foram mantidos no decorrer de 2009, exemplificando o papel fundamental da inclusão social. O Programa Bolsa Família completou seis anos de existência, em outubro de 2009, com 12,4 milhões de famílias recebendo benefícios. Além do acompanhamento da frequência escolar de 14 milhões de alunos de 6 a 15 anos, o Programa ainda tem desdobramentos, como no projeto de inclusão bancária dos beneficiários do Programa Bolsa Família, iniciado em 2008, que visa a incentivar as famílias a abrir uma conta-corrente simplificada. Atualmente, 1,6 milhão de famílias recebem o benefício dessa forma, sendo a meta atingir quatro milhões de beneficiários.

Outro destaque dentre os programas sociais continua sendo o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), que é um conjunto de ações estratégicas para a ampliação do acesso e da qualidade da educação em todos os níveis, etapas e modalidades, da creche à pós-graduação. Conderando alguns dos resultados obtidos, temos hoje em funcionamento 557 polos da Universidade Aberta do Brasil e mais 163 em implementação, transferência de R\$ 5,1 bilhões no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), além de diversas outras iniciativas (Pró-Infância, Caminho da Escola, Proinfo, Brasil Alfabetizado) em andamento. A educação profissional e tecnológica continua se expandindo, tendo sido concluídos 100 unidades em 2009 e, com a conclusão das unidades previstas para 2010, o País passará de 140 escolas profissionalizantes em 2002 para 380 em 2010.

Outros programas específicos continuaram a progredir, como o ProJovem, que concluiu a etapa de adesões de 2009 e na modalidade ProJovem Urbano ofereceu mais 59 mil novas vagas. Até outubro de 2009, o ProJovem Adolescente ofertou 510 mil vagas em todo o País. O Programa Mais Saúde ampliou sua cobertura aos brasileiros, alcançando um total de 234.767 agentes de saúde em 5.354 Municípios.

O sucesso das diversas medidas implementadas, visando à inclusão social e à diminuição das desigualdades, garantindo a rede de proteção social e, conseqüentemente, a sustentação da demanda interna, foi evidenciado nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (PNAD), realizada pelo IBGE. Verifica-se que nos últimos anos a renda dos mais pobres tem crescido acima da média da população, com queda nos índices de pobreza e de concentração de renda. A melhora na distribuição de renda é fruto de vários fatores e políticas, sendo parte fundamental da estratégia de desenvolvimento econômico para os próximos anos, centrada na expansão do mercado doméstico. A experiência do Brasil durante a referida crise confirmou a importância de políticas anticíclicas. Tais políticas puderam ser utilizadas porque o País dispunha de uma situação fiscal madura e reservas internacionais suficientes, capazes de proporcionar alternativas de política econômica ao Governo.

Além dessas alternativas, dispunha-se também de uma rede de proteção social preparada, capaz de ajudar a sustentação às políticas anticíclicas, bem como dos instrumentos tradicionais para implementar a política de desenvolvimento do Estado – bancos e instituições públicas de fomento –, que foram os condutores dessas políticas. Para 2010, considera-se que o ritmo dos investimentos se recupere completamente, de modo que o Governo possa ampliar ainda mais a execução das obras, reduzir gastos de custeio e implementar medidas de estímulo para manter a taxa de crescimento da economia num patamar de 5% ao ano, unindo crescimento, estabilidade macroeconômica e inclusão social.

As políticas sociais e econômicas implementadas ao longo dos últimos sete anos, a criação de um robusto mercado de consumo e a construção de sólidos indicadores macroeconômicos internos e externos, a inserção internacional soberana do País, a descoberta de novas reservas petrolíferas do Pré-Sal e a melhora da autoestima da população demonstram que, em 2010 e nos próximos anos, haverá a confiança na consolidação do desenvolvimento, com inclusão social.

